



Comissão Brasileira Justiça e Paz

Vinculada à Comissão Pontifícia
Justiça e Paz - Roma
Relacionada com a Conferência
Nacional dos Bispos do Brasil



Programa Justiça Econômica

Aos Senhores Bispos,
Presentes na 56^a. Assembleia da CNBB

Como cristãos atuando nas Comissões de Justiça e Paz, em comunhão com todos os que lutam em favor da vida onde estiver ameaçada, dos direitos humanos, da democracia, em favor da liberdade e da igualdade fundamental dos seres humanos e em defesa dos interesses soberanos do Brasil antes dos interesses estrangeiros, propugnamos por uma sociedade justa e solidária, à luz da nossa Constituição Cidadã.

Por isso, não podemos deixar de irradiar nossa luta contra tudo o que vem acontecendo no nosso País em sacrifício dos direitos humanos e da democracia.

A onda de intolerância e de ódio já eliminou direitos fundamentais, ameaça outros, compromete o nosso futuro como país soberano. Já prendeu, já feriu, já matou muitos de nós como aconteceu recentemente com a vereadora Marielle Franco. Prenderão, ferirão e matarão outros que se puserem contra seus objetivos, como a prisão do padre Amaro, pároco de Anapu, Xingú-Pará. Dados da Comissão Pastoral da Terra nos advertem sobre o aumento de assassinatos de camponeses, indígenas e quilombolas.

Não podemos avaliar este quadro agudo, profundo e de muitos efeitos irreversíveis, como uma situação ordinária ou frequente de luta social. Não é. Vive-se, hoje, uma situação de violência ostensiva, de desrespeito flagrante, impedindo a simples convivência social nos espaços públicos e particulares: escolas, ruas, igrejas, campos esportivos, famílias. A cada dia temos menos espaço para defender nossas convicções. Diante das ameaças de sermos todos silenciados, entendemos que o Evangelho exige que não nos calemos: "Se calarmos, as pedras gritarão"(Lc 19,40).

O Cardeal Dom Sérgio da Rocha esteve com o Santo Padre. Igualmente, o presidente do CIMI esteve com o Papa. Também nós, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, nos dirigimos ao Cardeal Turkson, presidente da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, explicitando preocupações e ansiedades. O Papa Francisco, sensibilizado com a gravidade do assassinato da Vereadora Marielle, aquilatau a gravidade do acontecido e solidarizou-se com a família da vítima.

Nada nos permite imaginar que chegamos ao ápice da crise. Pelo contrário, os próximos meses (anos) deverão registrar o agravamento das tensões e, quem sabe, a tentativa de anulação de um dos lados. Qual lado? Aquele que não conta com a polícia, com o exército, com os juízes, com o Ministério Público, com o Mercado, nem com a Mídia. Este lado pode vir a ser asfíxiado, nos levando a perder a dignidade.

Inclusive, não estamos podendo, no momento atual tão delicado, confiar plenamente nas Instituições em sua missão específica (Executivo, Legislativo, Judiciário). Lamentamos um



Comissão Brasileira Justiça e Paz

Vinculada à Comissão Pontifícia
Justiça e Paz - Roma
Relacionada com a Conferência
Nacional dos Bispos do Brasil



Judiciário carente de imparcialidade, característica fundamental para quem tem o sublime dever de julgar e a quem cabe assegurar os direitos constitucionais, como a presunção de inocência. Para nós, os direitos humanos são fundamentais e, portanto, intocáveis; defendemos a pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus.

Para uma situação excepcional, excepcionais devem ser as decisões e modos de atuação. Não há outro caminho senão a radicalização da defesa dos valores humanitários e democráticos. Ir à raiz dessa missão é se opor, com todos os meios legítimos, aos ataques à dignidade humana, aprimorando a ação, levando nossas preocupações a todas as pessoas com diálogo, firmeza, tolerância e verdade. Temos que encontrar novas formas de atuar. Exemplos recentes a serem seguidos são: dom Oscar Romero, Mandela e Luther King. Não podemos trair Chico Mendes, Dorothy Stang, Marielle e tantos outros e outras. Não podemos pedir mais aos que já foram profundamente machucados no corpo e na alma. Há que se exigir respeito, dignidade, cidadania, justiça e paz.

É inadiável um planejamento e execução de novos estilos de resistência.

Em momentos de crise aguda em que vivemos, esperamos palavras de Esperança dos nossos Pastores, firmes e evangélicas, para a atuação do Povo de Deus.

Entendemos que, no ano dedicado ao Laicato, e frente a nossa responsabilidade de batizados e batizadas (consagradas), não poderíamos omitir aos nossos Pastores a nossa expectativa de uma Palavra Profética da CNBB, anseio compartilhado por amplos setores da sociedade, atitude que nunca faltou ao Brasil em momentos de dificuldades históricas.

Brasília, 17 de abril de 2018

Carlos Alves de Moura
Secretário Executivo
Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB